



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**12/05/2012**



# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. SEM ASSUNTO.....	2 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	6 - 10
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. SEM ASSUNTO.....	11 - 18
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. SEM ASSUNTO.....	19 - 20
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. SEM ASSUNTO.....	21 - 22
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. SEM ASSUNTO.....	23 - 31

**▷ CONDENADO****Traficante pega seis anos de reclusão**

O traficante Lierbeth Gomes Franklin, 26 anos, conhecido como "Lilico", morador da Rua Boa Esperança, bairro João de Deus, foi preso por policiais do Serviço de Inteligência da Polícia Militar, quando trafegava pela Avenida Contorno Leste, no Coha-

trac, em uma motocicleta de Suzuki de placa NHL- 1286.

Ele vinha sendo procurado pela polícia desde do dia 25 de abril passado, quando foi condenado a 6 anos de prisão pelo juiz Adelvan Nascimento, da 2ª Vara de Entorpecentes. Ao perceber a presença dos

policiais, ele ainda tentou fugir, mas foi perseguido e preso. "Lilico" foi encaminhado para o plantão Central do Cohatrac, onde foi entregue à Polícia Civil e em seguida encaminhado para a Penitenciária de Pedrinhas, onde vai cumprir a pena imposta pela Justiça.

# TJ irá auxiliar MP na aplicação da Lei da Ficha Limpa

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao procurador regional eleitoral, Marcílio Nunes Medeiros, que vai auxiliar o Ministério Público Eleitoral com o fornecimento da lista de condenados em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão colegiado desde julho de 2004, ou que encerraram o cumprimento da pena nesse mesmo período, conforme solicitação do órgão.

PÁGINA 3

## TJ irá auxiliar MPE na aplicação DA LEI DA FICHA LIMPA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao procurador regional eleitoral, Marclício Nunes Medeiros, que vai auxiliar o Ministério Público Eleitoral com o fornecimento da lista de condenados em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão colegiado desde julho de 2004, ou que encerraram o cumprimento da pena nesse mesmo período, conforme solicitação do órgão.

"O Poder Judiciário está à disposição do Ministério Público Eleitoral no sentido de dar transparência às informações. Vou encaminhar a recomendação aos juízes com urgência e orientá-los no sentido de que a sigam à risca, zelando pelo êxito das eleições com o cumprimento da Lei da Ficha Limpa", disse o Guerreiro Júnior, em reunião com o procurador nesta quinta-feira.

Durante o encontro, procurador solicitou também a Guerreiro Júnior lista com identificação completa das pessoas punidas e cópia da decisão judicial que determinou a sanção, nos casos de inelegibilidade estabelecidos em lei.

Além dos crimes eleito-

rais com pena privativa de liberdade, o Ministério Público Eleitoral a lista inclui os crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais, os previstos na lei que regula a falência, o meio ambiente e a saúde pública.

Relaciona ainda os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de tráfico de entorpecentes e drogas, de abuso de autoridade nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública, de racismo, tortura, terrorismo e hediondos, trabalho escravo, contra a vida e a dignidade sexual, e aqueles praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Dentre outras informações, foram requeridos ainda pelo Ministério Público Eleitoral os nomes das pessoas condenadas à suspensão dos direitos políticos, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio e enriquecimento ilícito; dos magistrados aposentados compulsoriamente por sanção

legal, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar e dos militares declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis.

Não foi fixado prazo para a resposta do Tribunal de Justiça, no entanto a legislação determina ao Ministério Público Eleitoral que, em cinco dias - a partir de 5 de julho - faça as impugnações de candidaturas.

**IMPUGNAÇÃO** - O material coletado será entregue aos promotores eleitorais atuantes nos municípios para que, caso alguma pessoa objeto das ações judiciais venha a se candidatar, o promotor faça a devida impugnação do registro da candidatura, e impeça a sua participação no processo eleitoral.

"O quanto antes tivermos de posse desses dados, melhor para efetuarmos as impugnações de candidaturas no prazo devido. Não é interessante para a sociedade, nem para os juízes, que algum potencial candidato que incida na lei da ficha limpa consiga se candidatar ou se eleger", alertou o procurador.

## DENÚNCIA

# CNJ VETA NOMEAÇÃO DE CONCURSADOS NO TJ/MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) não deve nomear candidatos aprovados no concurso público para preenchimento de cargos vagos ou efetivar remoções de servidores classificados no VI concurso de remoção. A decisão - comunicada oficialmente ao TJMA ontem (11) - é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento a pedido de providências apresentado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus).....PÁGINA 3

## Decisão do CNJ impede nomeação de aprovados no concurso do TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) não deve nomear candidatos aprovados no concurso público para preenchimento de cargos vagos ou efetivar remoções de servidores classificados no VI concurso de remoção. A decisão - comunicada oficialmente ao TJMA ontem (11) - é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento a pedido de providências apresentado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus).

No pedido de providências o Sindjus alega que, em 5 de maio de 2010, o TJMA publicou Resolução (23/2010), estabelecendo (artigo 16) que "o concurso de remoção deverá preceder a nomeação de candidatos habilitados em concurso público para provimento de cargos efetivos".

O Sindicato sustenta que - por meio de ato normativo aprovado em sessão plenária no dia 18 de abril deste ano - o TJMA determinou que o preenchimento das vagas existentes ocorra de forma alternada, entre servidores classificados no concurso de remoção e candidatos aprovados em concurso de ingressos. O fato, segundo o Sindicato, contraria o artigo 16 da mencionada Resolução.

## CIDADE

### Varas começam a ser instaladas no novo prédio anexo do Fórum de São Luís



## MUDANÇA

# Varas começam a ser instaladas no novo prédio anexo do Fórum de São Luís

Terá início, na próxima segunda-feira, 14, o processo de mudança das Varas Judiciais de São Luís para o novo prédio do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. As primeiras a se estruturarem no anexo do fórum serão as oito Varas da Fazenda Pública, atendendo a um cronograma de mudança que vai até julho deste ano.

"A escolha pelas Varas da Fazenda Pública se deu porque elas realizam um número bem menor de audiência, se comparadas com Varas de outras matérias. Assim, podemos acompanhar todo o processo de mudança e perceber as falhas que possam eventualmente aparecer. Serão um termômetro para nós", declarou o juiz diretor do fórum, Sebastião Bonfim. As Varas da Fazenda Pública serão instaladas no 7º andar do prédio anexo do fórum.

Durante a semana, a mudança seguirá o seguinte cronograma: dias 14 e 15, 1ª e 2ª Varas, dias 15 e 16, 3ª e 4ª Varas, 16 e 17, 5ª e 6ª Varas, e dias 17 e 18, 7ª e 8ª Varas. Os detalhes da transferência dos gabinetes, secretarias e acervo para o novo prédio do fórum foram acertados em uma reunião com os juizes titulares das Varas. Além do diretor do fórum, Sebastião Bonfim, e sua equipe, o corregedor-geral da Justiça, des. Cleones

Cunha, conversou com os juizes, mostrando que esse é um passo marcante para a Justiça maranhense e os tranquilizou sobre qualquer problema que, inicialmente, apareça.

"Trabalhamos para que essas mudanças ocorressem o mais rápido possível, mas com toda segurança. Garantia aos senhores que tudo ocorrerá dentro da normalidade. Posso dizer também que as atividades poderão ser iniciadas rapidamente. Nós realizamos o Pauta Zero das Turmas Recursais em março e posso dizer que a estrutura nos atendeu perfeitamente. Um ajuste ou outro sempre será necessário, mas nada que atrapalhe o trabalho", afirmou o corregedor.

Segundo o diretor do Fórum Des. Sarney Costa, Sebastião Bonfim, provavelmente, durante os dias de mudança, o atendimento nas Varas de Fazenda Pública, de acordo com o cronograma, deverá ficar suspenso.

Os juizes titulares das Varas são: Luzia Madeiro Nepomuceno (1ª), Carlos Henrique Rodrigues Veloso (2ª), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª), Miguel Abdala Tanus Ferreira (4ª), Raimundo Nonato Neris Ferreira (5ª), José Edilson Caridade Ribeiro (6ª), João Santana Sousa (7ª) e Maria José França Ribeiro (8ª)



Reunião definiu mudança das Varas Judiciais para o novo prédio do Fórum

## TJMA

## Decisão do CNJ impede nomeação de aprovados em concurso

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) não deve nomear candidatos aprovados no concurso público para preenchimento de cargos vagos ou efetivar remoções de servidores classificados no VI concurso de remoção. A decisão comunicada oficialmente ao TJMA na sexta-feira, 11, - é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento a pedido de providências apresenta-

do pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus).

No pedido de providências o Sindjus alega que, em 5 de maio de 2010, o TJMA publicou Resolução (23/2010), estabelecendo (artigo 16) que "o concurso de remoção deverá preceder a nomeação de candidatos habilitados em concurso público para provimento de cargos efetivos".

O Sindicato sustenta que -

por meio de ato normativo aprovado em sessão plenária no dia 18 de abril deste ano - o TJMA determinou que o preenchimento das vagas existentes ocorra de forma alternada, entre servidores classificados no concurso de remoção e candidatos aprovados em concurso de ingressos. O fato, segundo o Sindicato, contraria o artigo 16 da mencionada Resolução.

O processo tem como rela-

tor no CNJ o conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira. Ele afirma que "trata-se de medida prevista para assegurar o resultado útil do procedimento e não para antecipação total ou parcial do mérito, como pretende o Sindjus ao pleitear que fosse determinado ao TJ o preenchimento das vagas por remoção para, só no momento posterior, proceder a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público".

## PINHEIRO

## Projeto busca garantir efetivação dos direitos de presos

Trinta e um atendimentos a réus presos, vinte e três atendimentos a réus provisórios, nove atendimentos a réus presos definitivos em execução de pena. Os números traduzem as atividades do Projeto Executando o Direito, da 2ª vara da comarca de Pinheiro, realizado na manhã de quarta-feira, 9, no município.

Sob o comando do juiz Júlio Cesar Lima Praseres, titular da unidade respondendo pela Vara de Execução Penal e idealizador do projeto, a ação aconteceu na Delegacia Regional de Pinheiro, onde foram realizadas as audiências.

"O projeto tem como objeto a revisão processual dos presos provisórios e definitivos no âmbito da delegacia, com a realização de audiências, com a oitiva dos presos, proferindo decisões ao tempo, como garantia de efetivação dos direitos do encarcerado", explica o magistrado. Segundo ele, com vistas ao objetivo foram levados para a delegacia quarenta processos criminais.

Visita - Na ocasião, foram marcadas quatro audiências de instrução e deferidas duas medidas cautelares de internação. Revogação de preventiva (01), concessão de li-

berdade provisória sem fiança (01), progressões de regime semiaberto para aberto (04), deferimento de saída temporária (01) foram efetivadas na ação. As informações constam de relatório sobre as atividades do projeto.

De acordo com o documento, os promotores de justiça emitiram os pareceres em banca, o que facilitou o deferimento dos pedidos de advogados e defensores. Representante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, promotores, advogados e defensores

participaram da iniciativa.

Ao final do trabalho, o juiz e parceiros no projeto visitaram a Fazenda do Amor Misericordioso, parceira do juízo da 2ª vara da comarca na recuperação de encarcerados que sofrem de dependência química.

Direitos - Para Júlio Praseres, "a experiência superou as expectativas e passará a ser a prática mensal das visitas às Delegacias. Analisando os processos na presença do preso fica mais fácil explicar seus direitos e dar a melhor informação, especialmente aqueles que estão cumprindo pena nesta comarca", avalia.

TJMA/SENAC

## Parceria realizará atendimento a vítimas de violência

As mulheres vítimas da violência doméstica das comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês serão atendidas com cursos profissionalizantes gratuitos por meio de parceria firmada nesta sexta-feira, 11, entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac.

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior; a desembargadora Nelma Sarney, coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica; a juíza Sara Gama, titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a mulher da comarca de Imperatriz e o presidente do Conselho Regional do Senac, José Arteiro Silva.

"Esta é uma iniciativa única para mulheres vítimas de violência doméstica, porque vai oportunizar a muitas delas trabalho, renda e meios de saírem da dependência exclusiva do marido ou companheiro. Sem dúvida, devido a esse fator, a maioria se deixa violentar e mantém as torturas em silêncio. O Judiciário estadual quer acabar com essa nova forma de escravidão humana", comenta Guerreiro Júnior.

A parceria do Judiciário com a entidade empresarial objetiva a disponibilização gratuita de vagas nos cursos oferecidos nas unidades do Senac para as mulheres assistidas pelo projeto "Justiça Social - Além dos Limites Processuais",

sendo até quatro vagas por bimestre, nas unidades da capital e Imperatriz, e até duas vagas nas demais unidades do interior.

A iniciativa visa, essencialmente, à reinclusão das mulheres vítimas de violência, a partir do momento que saem das instituições de abrigo e retornam ao convívio social. "Elas saem de uma situação de risco sem condições para recomeçar. Então o nosso objetivo é dar condições para sua subsistência, sem elas precisarem ficar subjugadas a uma situação de violência, por conta da dependência econômica (em relação aos companheiros)", disse a desembargadora coordenadora.

As beneficiárias deverão ser encaminhadas formalmente pela vara judicial, de acordo com o número de vagas previstas para os cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada na unidade. A programação dos cursos será enviada pelo Senac ao TJMA.

Para a juíza Sara Gama, a dependência financeira e econômica da mulher em relação aos seus parceiros é um dos principais fatores que fomentam a violência doméstica, "daí a importância dessa parceria em proporcionar qualificação profissional às vítimas para quebrar o ciclo da violência", destacou.

Por meio do Projeto "Justiça Social", adotado pelo Tribunal de Justiça, mais de 50 mulheres foram beneficiadas somente este ano em Imperatriz, comarca de origem do projeto.



TJMA e SENAC realizarão cursos para mulheres vítimas de violência doméstica

# Poder Judiciário se desloca para as escolas no município de Tutoia

São alguns temas abordados pelo juiz e pelo promotor da Comarca de Tutoia durante palestras realizadas nas unidades de ensino: direitos das crianças; funções dos três Poderes; quem representa cada um deles e qual a missão do juiz e do promotor

**T**UTOIA - O juiz da Comarca de Tutoia, Rodrigo Otávio Terças, intensificou as ações para aproximar o Poder Judiciário e a Promotoria de Justiça da escola, da criança e do cidadão.

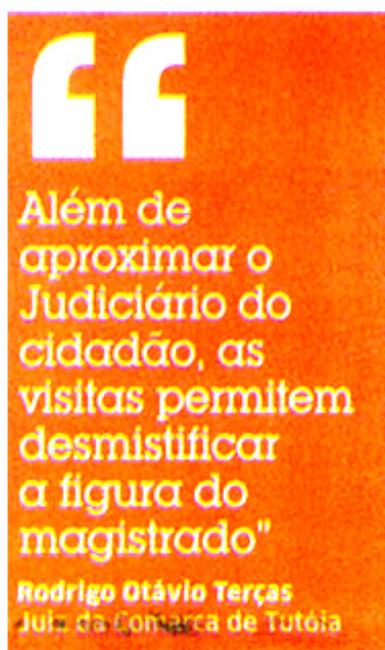
Na terça-feira (8), o juiz, acompanhado do promotor de Justiça da Comarca, Wesley Moraes, visitou o Instituto Educacional Maria Madalena (Iemma). No dia seguinte, foi a vez do Colégio Municipal Nemésio Neves receber o juiz e o promotor.

Os direitos das crianças, as funções dos três Poderes, quem representa cada um deles e qual a missão do juiz e do promotor foram alguns dos temas abordados pelos visitantes durante as palestras aos 58 alunos da 1ª à 8ª série da primeira escola e outros 50 da segunda.

A ideia é dar continuidade às visitas, que devem ocorrer duas vezes ao mês em escolas diferentes. Segundo Rodrigo Terças, no primeiro momento voltado para alunos das séries iniciais, o projeto deve ser ampliado para todas as séries.

De acordo com o magistrado, tudo começou com uma visita de alunos de uma escola do município ao fórum, quando os estudantes conheceram as instalações, entre as quais a Sala de Audiências.

Ao perceber a curiosidade e o interesse dos estudantes em relação ao Poder Judiciário, o juiz teve a ideia de levar as informa-



ções aos estabelecimentos escolares. Para Rodrigo Terças, as visitas são gratificantes.

O magistrado disse que durante o encontro com os estudantes, ele e o promotor tiveram a oportunidade de relatar às crianças sua própria história de origem humilde. Na visão do magistrado, o exemplo pode motivar os alunos a pensar. "Se eles conseguiram, nós também podemos", acredita.

**Cesta** - A Comarca de Cantanhede fez na terça-feira (8) doação de 20 cestas básicas à Associação Pestalozzi, localizada no município. Compostas de 11 itens, as cestas beneficiaram cerca de 50 alunos especiais com

idade de 5 a 50 anos. A informação é do titular da Comarca, juiz Frederico Feitosa de Oliveira.

Segundo o magistrado, os itens devem suprir as necessidades da instituição pelo período de aproximadamente um mês.

As cestas foram adquiridas com recursos arrecadados com transações penais em Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs). Entre os itens constantes nas cestas, arroz, farinha, açúcar, café, macarrão, leite, biscoito, óleo, sardinha, feijão e papel higiênico.

"A doação das cestas básicas veio em boa hora, pois a Associação Pestalozzi de Cantanhede há algum tempo não recebe auxílio dos entes governamentais", disse magistrado.

**Casamentos** - Na quinta e na sexta-feira (10 e 11), as comarcas de Cedral e Bacuri estiveram em festa com a realização de casamentos comunitários. Foram três cerimônias, que oficializaram a união de mais de 100 casais da Baixada Maranhense.

A primeira cerimônia ocorreu na cidade de Cedral. A juíza Marcela Lobo, titular da Comarca, comandou o evento, realizado no Centro Cultural Jadeline Gonçalves. Participaram 67 casais.

Na manhã de sexta-feira, a cerimônia ocorreu no município de Porto Rico do Maranhão, Termo Judiciário da Comarca de Cedral. A juíza Marcela Lobo uniu 53 casais, na Praça da Bíblia.



Juiz Rodrigo Terças e o promotor Wesley Moraes conversam com alunos do Instituto Maria Madalena

# Prefeito não pode fazer obra na Litorânea, diz promotor

Descumprimento da decisão que manteve suspensas as obras de prolongamento da avenida será comunicado ao STJ pelo promotor do Meio Ambiente, Fernando Barreto. Ordem de serviço foi assinada ontem pelo prefeito João Castelo. **Geral 8**

# MP comunicará STJ sobre obra irregular na Avenida Litorânea

Promotor Fernando Barreto disse que medida será tomada logo que prolongamento da via seja iniciado; João Castelo ignora suspensão determinada pelo STJ e assina Ordem de Serviço para o começo da obra

**Ronaldo Rocha**  
Da equipe de **O Estado**

O prefeito de São Luís, João Castelo, assinou ontem a Ordem de Serviço para o início das obras de prolongamento da Avenida Litorânea, em São Luís, descumprindo a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que manteve suspenso o empreendimento, ao negar recurso interposto pela Prefeitura no dia 2 deste mês. O promotor de Justiça Fernando Barreto, da 5ª Promotoria Especializada da Capital em Defesa do Meio Ambiente, afirmou que, a partir do momento em que as obras na Litorânea forem iniciadas, o STJ será comunicado pelo Ministério Público do Maranhão do descumprimento de decisão judicial pelo Município.

Na análise do promotor de Justiça, a Prefeitura utiliza como argumento para realizar os serviços na via, uma liminar de medida cautelar concedida pelo presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão, Antonio Guerreiro Junior, no dia 13 de abril, suspendendo os efeitos da decisão do agravo da 3ª Câmara Civil, que determinava a suspensão imediata do processo de licenciamento, bem como impedia a continuidade da licitação para os serviços na Litorânea. "Em 2011, o Município já havia perdido o agravo e a medida cautelar. Em seguida, recorreu apenas do primeiro. Foi ao STJ requerer a suspensão dos efeitos do agravo, mas não obteve decisão favorável, o que o impede de realizar a obra", disse Barreto.

De acordo com o promotor, a decisão do STJ, no dia 2 deste mês,

ou seja, posterior à liminar obtida em decisão do TJ, passa automaticamente a ter efeito substitutivo. "A instância é superior, a decisão é a mais recente e deve prevalecer sobre a do Tribunal de Justiça do Maranhão. A decisão do STJ é referente à mesma matéria suspensa em 13 de abril. Portanto, deve ser mantida, já que o recurso ainda será julgado", assinalou.

Barreto afirmou que a atitude da Prefeitura em acatar uma decisão anterior fere o poder do STJ. "A autoridade da decisão do STJ foi colocada em cheque pelo Município. Essa atitude esvazia o julgamento futuro do recurso, na instância superior, que diz respeito ao mesmo processo", frisou. "Não há duas decisões válidas sobre uma mesma causa. Além de ser a mais recente, a decisão da instância superior, ou seja, do tribunal que vai julgar a matéria. É o STJ que fará o julgamento desse processo.

**Ações** - O prolongamento da Avenida Litorânea pretendido pelo Município já havia sido barrado pela Justiça anteriormente. Em agosto de 2010, o juiz Carlos Henrique Veloso suspendeu a Audiência Pública e todos os atos posteriores ao processo de licenciamento ambiental da obra, em resposta a uma ação ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão.

Além do MP, o Ministério Público Federal (MPF) moveu ação na Justiça contra a Prefeitura com a finalidade de embargar o prolongamento da Litorânea. A ação do MPF está relacionada a atos de improbidade administrativa verifica-

dos na contratação da empresa que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA). A ação do MPF questiona a forma como a obra seria executada e possíveis danos ambientais decorrentes da intervenção.

No mês passado, a Prefeitura de São Luís, por meio da Procuradoria Geral do Município (PGM), entrou com um pedido de suspensão da liminar do MPF no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e obteve decisão favorável, proferida pelo desembargador federal Olindo de Menezes.

Ao assinar a Ordem de Serviço para a obra, o prefeito João Castelo falou da importância do projeto para o turismo e a sociedade ludovicenses. "Essa obra vai ficar pronta o mais rapidamente possível, para o usufruto da nossa população", disse. "Estimular o turismo em nossa capital é incentivar a geração de emprego e renda, e eu tenho certeza de que esta obra vai contribuir bastante para a felicidade do nosso povo", completou o prefeito.



Promotor Fernando Barreto criticou a assinatura de Ordem de Serviço pelo prefeito João Castelo

“

A autoridade da decisão do Superior Tribunal de Justiça foi colocada em cheque pelo Município”

Fernando Barreto,  
promotor de Justiça

“

Essa obra vai ficar pronta o mais rapidamente possível, para o usufruto da nossa população”

João Castelo, prefeito  
de São Luís

Agência Assembleia



Parmênio Mesquita e Carlos Francisco Schmidt exibem títulos e ladeiam Edilázio Júnior e Arnaldo Melo

## Empresários recebem títulos do Legislativo

Carlos Francisco Schmidt, da rede Fribal, e Parmênio Mesquita, da Canopus Engenharia, receberam o título de Cidadão Maranhense

A Assembleia Legislativa homenageou com o Título de Cidadão Maranhense, quinta-feira, os empresários Carlos Francisco Schmidt e Parmênio Mesquita. A proposta foi do deputado Edilázio Júnior (PV), que, durante o discurso na sessão solene, justificou a iniciativa afirmando ser uma forma de reconhecimento aos dois empresários que contribuem com o desenvolvimento do Maranhão.

A cerimônia de concessão de título de Cidadão do Maranhão começou com o discurso do autor da proposta. Edilázio Júnior fez uma breve descrição da biografia dos agraciados. Segundo informou o deputado, Carlos Francisco Schmidt é natural de São Paulo e veio para o Maranhão em 1985 para verificar um empreendimento iniciado pelo seu pai. Com o espírito empreendedor, Schmidt transformou o pequeno frigorífico na maior rede de venda de carnes do Maranhão, a Fribal.

Sobre Parmênio Mesquita, Edilázio Júnior lembrou que, antes de chegar às terras maranhenses, o piauiense da cidade de Castelo passou pelo Ceará, já com investimentos na área da construção civil com mais quatro sócios. Após o término da sociedade, Parmênio Mesquita veio para o Maranhão e hoje é o responsável por mais de 2 mil empregos diretos na Canopus Engenharia.

"É uma honra para nós, maranhenses, concedermos o título de cidadão do Maranhão para dois grandes homens que vieram de outros estados e decidiram montar suas vidas aqui com olhos voltados para o empreendedorismo que deu certo e que hoje contribuiu com o desenvolvimento do nosso estado", afirmou Edilázio Júnior.

Após o discurso do parlamentar do PV, foi a vez do deputado Zé Carlos (PT) fazer considerações a respeito dos agraciados. Segundo o petista, os empresários têm papel de destaque no Maranhão por este investirem e gerarem desenvolvimento no Maranhão.

**Reconhecimento** - Depois dos discursos, o deputado Edilázio Júnior leu um telegrama enviado pelo ex-deputado e empresário cearense, Fernando Linhares, endereçado a Parmênio Mesquita. O ex-parlamentar disse que o título é merecido pelo dono da Canopus pelo trabalho de anos desenvolvido na área da construção civil.

Em seguida, o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo (PMDB), chamou o autor da proposta para a entrega dos títulos. Logo depois, os agraciados falaram a respeito da homenagem.

"Receber esse título é uma forma de reconhecimento do traba-

lho que desenvolvi neste estado, embora confesse que, mesmo recebendo este título hoje, sinto-me maranhense de coração há muitos anos", declarou Parmênio Mesquita.

**Amizades** - O empresário Carlos Schmidt falou do sentimento que tem pelo Maranhão e das amizades que conseguiu durante os 27 anos em que mora em terras maranhenses. "O sentimento de globalização de que não devemos nos prender em lugar algum não serve para o meu caso. Sinto que tenho ligação forte com minha terra natal, São Paulo. Sentimento que compartilho com minha terra de coração, que é o Maranhão", afirmou Schmidt.

O presidente Arnaldo Melo disse que o título de Cidadão Maranhense somente deve ser concedido a pessoas que contribuíram com o estado e que, no caso dos dois empresários, a homenagem é justa. "O povo do Maranhão agradece a esses dois maranhenses de coração e agora de fato", disse o presidente.

Na solenidade, estavam presentes o secretário-chefe da Casa Civil, Luis Fernando Silva, que representou a governadora Roseana Samey; o secretário municipal de Trânsito e Transporte, Clodomir Paz, representando o prefeito de São Luís, João Castelo; a desembargadora Nelma Samey, representando o presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, além do secretário estadual de Esportes e Lazer, Joaquim Haickel.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2012  
Processo n.º 254/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Resolução n.º 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual n.º 24.629/08 e, subsidiariamente, as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, o **ADIAMENTO** da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, Tipo **MENOR PREÇO**, pelo Sistema de Registro de Preços, para **Contratação de Serviços de Organização de Eventos, Serviços Correlatos e Suporte, compreendendo o planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e assessoria de comunicação para cada evento, para atendimento das necessidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, inicialmente marcada** para o dia 22/05/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a **nova data para a abertura da sessão pública** será no dia 25/05/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na Rua do Egito, nº 144, Centro (antigo prédio da Assembléia Legislativa), São Luís/MA. O Pregoeiro informa que o Edital se encontra disponível na sala supracitada, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia CD-R ou pen-drive.

São Luís, 10 de maio de 2012.  
**THIEGO CHUNG DE FARIAS**  
Pregoeiro TJ/MA

## **Posse**

As Comarcas de Bacabal e de Olho d'Água das Cunhas têm novos juízes.

Joscelmo Sousa Gomes será o titular na 3ª Vara de Bacabal e Mirrela César Freitas vai comandar a Comarca de Olho d'Água das Cunhãs.

Os dois magistrados foram empossados pelo presidente do Poder Judiciário, desembargador Guerreiro Jr., que lhes desejou sucesso.

## • Atendimento

Mulheres vítimas da violência doméstica das comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês serão atendidas com cursos profissionalizantes gratuitos por meio de parceria firmada nesta sexta-feira, 11, entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac. Assinaram o Termo de Cooperação Técnica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior; a desembargadora Nelma Sarney, coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica; a juíza Sara Gama, titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a mulher da comarca de Imperatriz e o presidente do Conselho Regional do Senac, José Arteiro Silva.

## MUDANÇAS

# Varas começam a ser instaladas no novo prédio anexo

Tem início, nesta segunda-feira (14), o processo de mudança das Varas Judiciais de São Luís para o novo prédio do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. As primeiras a se estruturarem no anexo do fórum serão as oito Varas da Fazenda Pública, atendendo a um cronograma de mudança que vai até julho deste ano.

"A escolha pelas Varas da Fazenda Pública se deu porque elas realizam um número bem menor de audiência, se comparadas com Varas de outras matérias. Assim, podemos acompanhar todo o processo de mudança e perceber as falhas que possam eventualmente aparecer. Serão um termômetro para nós", declarou o juiz diretor do fórum, Sebastião Bonfim. As Varas da Fazenda Pública serão instaladas no 7º andar do prédio anexo do fórum.

Durante a semana, a mudança seguirá o seguinte cronograma: dias 14 e 15, 1ª e 2ª Varas, dias 15 e 16, 3ª e 4ª Varas, 16 e 17, 5ª e 6ª Varas, e dias 17 e 18, 7ª e 8ª Varas.

Os detalhes da transferência dos gabinetes, secretarias e acervo para o novo prédio do fórum foram acertados em uma reunião com os juízes titulares das Varas. Além do diretor do fórum, Sebastião Bonfim, e sua equipe, o corregedor-geral da Justiça, des. Cleones Cunha, conversou com os juízes, mostrando que esse é um passo marcante para a Justiça maranhense e os tranqüilizou sobre qualquer problema que, inicialmente, apareça.

"Trabalhamos para que essas mudanças ocorressem o mais rápido possível, mas com toda segurança. Garanto aos senhores que tudo ocorrerá dentro da normalidade. Posso dizer também que as atividades poderão ser iniciadas rapidamente. Nós realizamos o Pauta Zero das Turmas Recursais em março e posso dizer que a estrutura nos atendeu perfeitamente. Um ajuste ou outro sempre será necessário, mas nada que atrapalhe o trabalho", afirmou o corregedor.

Segundo o diretor do Fórum Des. Sarney Costa, Sebastião Bonfim, provavelmente, durante os dias de mudança, o atendimento nas Varas de Fazenda Pública, de acordo com o cronograma, deverá ficar suspenso.

Os juízes titulares das Varas são: Luzia Madeiro Nepomuceño (1ª), Carlos Henrique Rodrigues Veloso (2ª), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª), Miguel Abdala Tanus Ferreira (4ª), Raimundo Nonato Neris Ferreira (5ª), José Edilson Caridade Ribeiro (6ª), João Santana Sousa (7ª) e Maria José França Ribeiro (8ª).

# Parceria com Judiciário

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), órgão vinculado ao Sistema Federação do Comércio, firmou parceria com o Tribunal de Justiça para ampliação de um programa nascido em Imperatriz, pelo qual é oferecido treinamento a mulheres vítimas da violência doméstica, a fim de que, preparadas para o mercado de trabalho ou empreendedorismo, possam se livrar da dependência econômica dos seus agressores. Cursos profissionalizantes serão oferecidos a elas nas comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês. Da solenidade, participaram os presidentes do TJ, Antônio Guerreiro Júnior, e da Federação do Comércio, José Arteiro da Silva; a desembargadora Nelma Sarney, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica; a juíza Sara Gama, da comarca de Imperatriz; e o diretor regional do Senac, José Ahirtom Baptista Lopes.



Desembargador Antônio Guerreiro Júnior (E) com José Arteiro da Silva e José Ahirtom Baptista Lopes

## Perguntar não ofende

PARA EFEITO DE INELEGIBILIDADE, O QUE DIFERENCIA  
O PARENTE DO CHEFE DO EXECUTIVO PARA OS DE  
PRESIDENTES DO LEGISLATIVA E DO JUDICIÁRIO?

## 1ª Vara Cível da capital suspende atendimento

A 1ª vara cível da capital suspendeu, ontem, o atendimento às partes e advogados. A suspensão continua na segunda-feira (14). A medida consta de portaria editada pelo juiz da unidade, Josemar Lopes Santos. De acordo com o documento, nas datas o atendimento fica restrito aos feitos de natureza urgente. As audiências agendadas serão realizadas normalmente.

A iniciativa se deve ao “significativo volume de processos no acervo da Secretaria Judicial e do gabinete do magistrado titular necessitando de localização, indicação de substituição e determinação para regular movimentação”.

“A identificação de relativo número de autos processuais não localizados tem gerado certa insatisfação por parte dos advogados e do público em geral”, cita a portaria.

**Metas** – O documento resalta ainda a necessidade do cumprimento da Meta 2 do

Conselho Nacional de Justiça, que determina o julgamento de todos os processos de conhecimento distribuídos até 31 de dezembro de 2006, bem como a recomendação da Corregedoria Geral da Justiça para a observação e cumprimento das metas do CNJ.

Segundo a portaria, será suspenso também “o fluxo dos prazos de autos com exclusiva produção em Secretaria Judicial, excetuando-se os demais produzidos junto ao setor de Protocolo Geral e Distribuição do Fórum Desembargador Sarney Costa”.

**Espaço** – O titular da vara explica que são mais de 6 mil processos em tramitação na unidade.

“O local não tem espaço suficiente. A Secretaria está um pouco desorganizada”, afirma. O magistrado garante que a interrupção do trabalho na unidade nos dias não irá atrapalhar a prestação jurisdicional.

## Em aberto

O requerimento que pede instalação de CPI para investigar os crimes de pistolagem continua aberto com 13 assinaturas, mas a grande maioria do plenário parece não está sensibilizada com os crimes que ocorreram no Estado.

Dos 42 deputados que formam o plenário, 29 se recusam assinar o documento e tudo indica que o autor da proposição não conseguirá a 14ª assinatura que falta para oficializar a instalação.

Por sua vez, o deputado Bira do Pindaré anunciou que vai pedir a realização de uma nova audiência pública com a presença do Incra, Iterma, MDA, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Ibama para discutir a questão da violência no campo.

Segundo o parlamentar, a CDH receberá reclamações de órgãos que lidem com a questão agrária, cobrará criação e estruturação da Delegacia Agrária do Maranhão e solicitará à Secretaria de Segurança a ampliação do número de delegados em Buriticupu.

A Comissão de Direitos Humanos solicitará ainda o apoio para a CPI da Pistolagem, construção da estrada da Siquel, instalação da Companhia de Polícia de Buriticupu, designação de um defensor público para Buriticupu e a instalação da 2ª Vara judicial da cidade.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA  
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20  
(VINTE) DIAS**

PROCESSO Nº: 4331-23.2010.8.10.0001  
DENOMINAÇÃO: USUCAPIÃO  
PARTE(S) REQUERENTE (S): ROSEANA SILVA MENDES  
PARTE(S) REQUERIDA (S): JOÃO JOSE ROCHA DE MOURA  
VIEGAS PIMENTEL, JOÃO JOSÉ FELIPE ROCHA PIMENTEL.

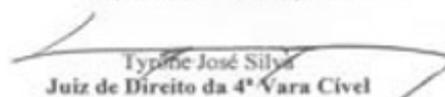
O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

**FINALIDADE**

CITAÇÃO de JOÃO JOSE ROCHA DE MOURA VIEGAS PIMENTEL, JOÃO JOSE FELIPE ROCHA PIMENTEL, ROSEANA SILVA MENDES, REMI TRINTA, JOSE AUGUSTO BATISTA, FRANCISCA DE CARVALHO NEVES, MARLY MONDEGO, RICARDO BEZERRA PEREIRA, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Ficam advertidos os suplicados de que, se não apresentarem defesa no prazo legal, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, *ex vi* do art. 285 do Código de Processo Civil, sendo que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 23 de março de 2012

  
Tyrone José Silva  
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

# Bacabal e Olho d'Água das Cunhãs têm novos juízes

DIVULGAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Guerreiro Júnior, empossou ontem (11) os juízes Joscelmo Sousa Gomes e Mirela César Freitas na 3ª Vara de Bacabal e na Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, respectivamente.

"Sucesso no desempenho de suas funções nas novas comarcas. Espero que o trabalho desenvolvido por vocês melhore ainda mais o perfil do Poder Judiciário no Estado", declarou Guerreiro Júnior na cerimônia. Joscelmo Gomes ingressou na magistratura em 2003, como juiz substituto em São Domingos do Maranhão. Foi titularizado em Maracumê e, por último, atuou como juiz de entrância intermediária, exercendo função em entrância inicial na comarca de Cândido Mendes.

Em Cândido Mendes, o magistrado sentenciou aproximadamente 4 mil processos e deixou em tramitação cerca de 1.600, apresentando grau de operosidade de 101%. "Na nova comarca terei a oportunidade de trabalhar em uma comarca que possibilita o convívio com outros colegas juízes. Isso vai permitir uma melhor resolução das lides", afirmou Joscelmo.

Mirela Freitas iniciou na magis-



## Guerreiro Júnior desejou sucesso aos magistrados

tratura desde 2009 e atuou como juíza titular nas comarcas de Pastos Bons e Paraibano. Nessa última, desde maio de 2010, promoveu casamentos comunitários, mutirões previdenciários, e implantou programas como "Pai Presente", "Justiça Escola" e "Justiça Solidária". "Em Olho d'Água das Cunhãs pretendo continuar o trabalho que desenvolvia em Paraibano, não somente trazendo justiça processual como também aproximando o Judiciário da comunidade", disse.

A juíza afirmou que vai encampar o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJMA, implantando em Olho das d'Água das Cunhãs o projeto "Maria vai à escola", para garantir a prevenção contra a violência doméstica na comunidade.

Os diretores do TJ, Sumaya Heluy (geral) e Luiz Carlos Calvet (financeiro) e familiares dos magistrados participaram da solenidade.

## ■ Executando o Direito

Trinta e um atendimentos a réus presos, 23 atendimentos a réus provisórios, nove atendimentos a réus presos definitivos em execução de pena. Os números traduzem as atividades do Projeto Executando o Direito, da 2ª vara da comarca de Pinheiro, realizado na manhã de quarta-feira (9), no município.

Sob o comando do juiz Júlio Cesar Lima Praseres, titular da unidade respondendo pela Vara de Execução Penal e idealizador do projeto, a ação aconteceu na Delegacia Regional de Pinheiro, onde foram realizadas as audiências.

“O projeto tem como objeto a revisão processual dos presos provisórios e definitivos no âmbito da delegacia, com a realização de audiências, com a oitiva dos presos, proferindo decisões ao tempo, como garantia de efetivação dos direitos do encarcerado”, explica o magistrado. Segundo ele, com vistas ao objetivo foram levados para a delegacia quarenta processos criminais.

❖❖ Tem início, nesta segunda-feira (14), o processo de mudança das Varas Judiciais de São Luís para o novo prédio do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. As primeiras a se estruturarem no anexo do fórum serão as oito Varas da Fazenda Pública, atendendo a um cronograma de mudança que vai até julho deste ano.

**DECISÃO DO CNJ IMPEDE NOMEAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO DO TJMA**

PÁGINA 4

# Decisão do CNJ impede nomeação de aprovados no concurso do TJMA

O Tribunal de Justiça não deve nomear candidatos aprovados no concurso público para preenchimento de cargos vagos ou efetivar remoções de servidores classificados no VI concurso de remoção. A decisão – comunicada oficialmente ao TJMA ontem (11) – é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento a pedido de providências apresentado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus).

No pedido de providências o Sindjus alega que, em 5 de maio de 2010, o TJMA publicou Reso-

lução (23/2010), estabelecendo (artigo 16) que “o concurso de remoção deverá preceder a nomeação de candidatos habilitados em concurso público para provimento de cargos efetivos”.

O Sindicato sustenta que – por meio de ato normativo aprovado em sessão plenária no dia 18 de abril deste ano – o TJMA determinou que o preenchimento das vagas existentes ocorra de forma alternada, entre servidores classificados no concurso de remoção e candidatos aprovados em concurso de ingressos. O fato, segundo o Sindicato, contraria o artigo 16

da mencionada Resolução.

O processo tem como relator no CNJ o conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira. Ele afirma que “trata-se de medida prevista para assegurar o resultado útil do procedimento e não para antecipação total ou parcial do mérito, como pretende o Sindjus ao pleitear que fosse determinado ao TJ o preenchimento das vagas por remoção para, só no momento posterior, proceder a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público”.

O TJMA tem 15 dias para prestar informações quanto aos fatos alegados pelo Sindjus.

❖❖ O presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior, empossou, ontem, os juízes Joscelmo Sousa Gomes e Mirela César Freitas na 3ª Vara de Bacabal e na Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, respectivamente.